

**ATA DA 29ª (VIGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS, REALIZADA EM 16
DE AGOSTO DE 2021.**

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), nesta cidade de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no local e hora de costume, reuniu-se a Câmara Municipal de Paraisópolis, em sua 29ª (vigésima nona) Sessão Ordinária, sob a Presidência do Vereador José Ildeu de Castro e secretariado pelo Vereador Fábio Lucas Carlos. A seguir, feita a chamada, constatou-se a presença dos Vereadores: Antônio José da Silva, Ademar Guimarães do Prado, Antonio Felix Teixeira Neto, Alfredo Faria Lopes de Paiva, Marcos José das Neves, Rômulo Lúcio Rosa e José Aparecido Siqueira Campos. Havendo o número legal de 09 (nove) Vereadores, conforme assinaturas apostas no livro de presença nº 14 (quatorze), folha nº 19 (dezenove) verso, o Sr. Presidente declarou aberta a presente sessão. **Expediente:** Pelo Sr. Secretário foram lidas as seguintes correspondências: Ofício nº 376/2021, do Executivo Municipal, encaminhando respostas ao Requerimento nº 147/2021, nº 148/2021 e nº 149/2021, de autoria do Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva; Ofício nº 377/2021, do Executivo Municipal, encaminhando respostas ao Requerimento nº 150/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa; Ofício nº 035/2021, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE, encaminhando respostas ao Requerimento nº 151/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Pelo Sr. Secretário foram lidos e encaminhados ao Executivo Municipal para as possíveis providências, as seguintes proposições: Indicação nº 135/2021, de autoria do Vereador Marcos José das Neves, solicitando ao Executivo Municipal, providências

junto ao departamento competente, no sentido de instalar um guard rail ou uma cerca com tábua nas margens da estrada do Bairro dos Coxos, com o objetivo de sinalizar este local (imagens anexas). As margens são profundas e com pouca visibilidade, oferecendo riscos de acidentes aos pedestres e motoristas; Indicação nº 136/2021, de autoria do Vereador Marcos José das Neves. Tendo em vista o estado precário de um-mata burro situado na estrada de acesso a Represa do Brejo Grande, o qual se encontra deteriorado e intransitável (imagem anexa) há mais ou menos cinco meses, solicita ao Executivo Municipal, providências junto ao departamento competente, no sentido de que seja reconstruído este mata-burro; Indicação nº 137/2021, de autoria do Vereador Marcos José das Neves, solicitando ao Executivo Municipal, providências junto ao departamento competente, no sentido de que seja incluído no cronograma de obras de nosso Município, a colocação de meio fio na Avenida Luiz Rezende – Distrito de Costas, em frente ao número 770. A falta de meio fio no local, impossibilita que o proprietário do número ora mencionado proceda com a construção de calçada, conforme imagem anexa; Indicação nº 138/2021, de autoria do Vereador Fábio Lucas Carlos, solicitando ao Executivo Municipal, providências junto ao departamento competente, no sentido de realizar uma limpeza, com a retirada de entulhos na Rua Maria Conceição de Almeida (Distrito de Costas), na altura do nº 26, conforme imagem anexa. A benfeitoria se faz necessária, uma vez que com as enxurradas, pedras e entulhos se acumulam no muro de divisa com a propriedade ora mencionada. Pelo Sr. Secretário foram lidas e encaminhadas em 2ª (segunda) e última fase de discussão e votação, as seguintes proposições: **Projeto de Resolução nº 04/2021, que:** “Dá nova redação aos artigos que dispõem da Resolução nº 290, de 05 de dezembro de 2000, que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Paraisópolis, e dá outras providências”, de autoria dos membros da Comissão Especial de Estudos e Revisão do Regimento Interno da Câmara Municipal: Ver. Alfredo

Faria Lopes de Paiva, Ver. Rômulo Lúcio Rosa e Ver. Antonio Felix Teixeira Neto; **Projeto de Resolução nº 05/2021, que:** “Institui a carteira de identidade funcional dos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo do Município de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais”, de autoria da Mesa Diretora. Pelo Sr. Secretário foram lidas e encaminhadas em 2ª (segunda) fase de discussão e votação, as seguintes proposições: **Projeto de Lei nº 37/2021, que:** “Dispõe sobre a autorização para a realização de repasse financeiro ao Hospital Frei Caetano e Maternidade Santa Tereza, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal. Pelo Sr. Secretário foram lidos em única fase de discussão e votação as seguintes proposições: Requerimento nº 154/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa; Requerimento nº 155/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa; Requerimento nº 156/2021, de autoria do Vereador Fábio Lucas Carlos; Requerimento nº 157/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Findo a leitura do expediente, Sr. Presidente declarou vaga a palavra, fazendo uso da mesma: em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Ademar Guimarães do Prado iniciou suas palavras comentando sobre os questionamentos realizados ao Executivo Municipal quanto o atendimento as indicações de sua autoria. Nesse sentido, falou sobre a indicação nº01/2021, a qual se refere a obra da Viela que liga a Rua José Rodrigo Froes a Avenida Avelino Ribeiro Filho. Disse que apesar da morosidade da obra, a mesma será concluída. Falou que em conversa com o Prefeito Municipal discutiram a possibilidade de que futuramente, através de parceria com a Câmara Municipal, possam utilizar os terrenos institucionais para a construção casas a serem concedidas as famílias as quais a Prefeitura Municipal auxilia com o custeio de aluguéis. Explanou que os munícipes não serão os proprietários dos imóveis, e sim a Prefeitura Municipal. Que diante a construção dos imóveis, o Executivo Municipal deixará de custear despesas de aluguéis. Ressaltou a necessidade de ser realizado um levantamento das

áreas institucionais. Diante disso, comentou que há muitas áreas abandonadas as quais poderiam ser utilizadas para a construção dos referidos imóveis. Na sequência, comentou que nas proximidades do Posto Pituta, pôde observar que o local está se tornando perigoso devido ao intenso fluxo de veículos. Diante disso, solicitou que o setor de trânsito realize a pintura de sinalização e das faixas de pedestre do local. Solicitou ainda, que o Executivo Municipal realize cobranças ao setor de trânsito quanto a implantação do estacionamento rotativo “zona azul”. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador José Aparecido Siqueira Campos iniciou suas palavras comentando que a alta audiência da rádio é devido ao trabalho dos Vereadores. Pois, ao percorrer as ruas os munícipes estão parabenizando a atuação dos Vereadores. Em seguida, ao falar sobre as indicações de sua autoria, citou a solicitação do calçamento da parte central do Bairro Ponte do Neneco. Comentou que os paralelepípedos estavam no local para a realização das obras, porém, a administração próxima passada retirou os materiais. Falou que novas eleições serão realizadas. Que os candidatos ao irem pedir votos realizarão a mesma promessa. Diante disso, solicitou que os moradores não caiam em “conto de fadas”. Disse ainda, que esse tipo de campanha política tem que acabar. Que enquanto estiver como Vereador a mesma não irá funcionar. Nesse sentido, solicitou ao Executivo Municipal que olhe com o mesmo carinho que utilizou para pedir votos. Que os moradores do referido Bairro aguardam o cumprimento da promessa. Comentou ainda, que por serem Vereadores estão em contato direto com os munícipes. Que se o Executivo Municipal não está conseguindo ter condições de abraçar a causa juntamente com os munícipes, que comesse a prestar atenção na Câmara Municipal, pois os Vereadores estão mostrando o caminho. Ressaltou que a cobrança referente ao calçamento do Bairro Ponte do Neneco não é do Vereador. Que os moradores do Bairro retro mencionado solicitam a presença do Executivo Municipal. Na sequência, ao comentar

que falta pouco para conclusão das obras das estradas rurais, citou os Bairros rurais os quais iniciou-se a segunda manutenção das estradas. Disse que durante a fiscalização das referidas manutenções, pôde observar que os cortes de nível não estão sendo realizados. Diante disso, falou que tendo em vista a aproximação do período de chuvas, caso não seja realizado a compactação, corte de nível e o cascalhamento, as estradas ficarão intransitáveis. Em seguida, solicitou ao Executivo Municipal a reinstalação das câmeras de monitoramento. Diante disso, ao falar sobre a ocorrência de furtos, disse que o suporte que as câmeras oferecem trará auxílio a Polícia Militar. Solicitou ainda, que sejam instaladas câmeras de monitoramento na entrada dos bairros periféricos do Município. Na sequência, falou sobre a reforma do Mercado Municipal. Que caberá aos Vereadores cobrar melhorias ao local, visto que, o mesmo é ponto turístico do Município. Por fim, ressaltou que as cobranças não são dos Vereadores, mas sim, da população. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Antonio Felix Teixeira Neto iniciou suas palavras comentando sobre a queimada ocorrida durante o final de semana próximo passado, a qual se alastrou até as proximidades do Bairro Uruguaia. Disse que há suspeitas de que o incidente seja criminoso. Nesse sentido, falou que a queimada mostrou que o Município não está preparado. Diante disso, agradeceu aos Bombeiros e todos que se empenharam para sanar o problema. Comentou sobre o jequitibá de trezentos anos que fora queimado no Município de Conceição dos Ouros. Ressaltou que o ocorrido é uma afronta ao meio ambiente. Devido a ocorrência, sugeriu que no Município seja criada uma Brigada de Incêndio. Em seguida, ao comentar sobre a chuva do presente dia, falou que algumas residências do Bairro dos Coqueiros foram invadidas pela água. Diante disso, solicitou ao setor de obras que se dirija ao local, e que verifique a situação do córrego que passa pelo Bairro. Na sequência, falou sobre a indicação de sua autoria, na qual se refere as obras do Mercado Municipal. Nesse sentido,

sugeriu que a verba indenizatória de um milhão e meio de reais, a qual será encaminhada pela Empresa Vale do Rio Doce, seja utilizada para a reforma do local acima mencionado. Ressaltou que o Município possui outras necessidades, porém, o problema do Mercado Municipal já se arrasta por diversos anos. Sugeriu ainda, que fosse realizada uma renegociação com os comerciantes que atuam no local. Pois os mesmos possuem medo de que após a reforma não possam retomar a seus postos de trabalho. Ao reiterar as palavras de seu antecessor, disse que a situação não poderá continuar. Manifestou sua satisfação quanto o avanço da vacinação contra o covid-19. Nesse sentido, agradeceu aos profissionais de saúde. Diante disso, agradeceu ao Vereador Fábio Lucas Carlos, o qual é profissional da saúde e atua no Distrito de Costas. Em seguida, teceu comentários sobre o avanço da construção das casas populares do Loteamento do “Batatinha”. Falou sobre a limpeza e higienização realizada na Área de Lazer Maria Braga Cabral. Nesse sentido, agradeceu ao Sr. Kaká e a todos os funcionários pelo excelente trabalho executado. Na sequência, ao comentar sobre a segunda e última fase de votação da atualização do Regimento Interno, agradeceu ao Sr. Rodrigo Braga jurídico da Casa. Falou sobre a exposição de arte e de carros antigos, as quais foram realizadas durante o final de semana próximo passado. Ao manifestar sua satisfação pelo retorno dos eventos, ressaltou a necessidade de o setor de eventos regulamentar a liberação de eventos como casamentos, formaturas, recepções e outros. Ressaltou que os profissionais do setor de eventos precisam retomar o trabalho. Finalizou comentando que o Governador do Estado, Sr. Romeu Zema está regularizando o pagamento atrasado de subsídio dos funcionários públicos, assim como está negociando o pagamento das férias-prêmio. Disse ainda, que o Governador está realizando uma boa administração. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva solicitou desculpas por sua fraqueza. Diante disso, informou que por estar acometido com crise renal, após seu

pronunciamento irá abandonar a presente sessão. Nesse sentido, agradeceu aos profissionais que prestam atendimento ao Pronto Socorro, os quais o atenderam posteriormente de forma pontual. Ao dirigir suas palavras a Sra. Beth Soldado, agradeceu a todos os profissionais de saúde. Comentou que no sábado próximo passado ocorreu exposição de arte na praça central do Município. Disse que, apesar de desejarem emprego, saúde e educação para a cidade, não se pode esquecer a cultura. Que um povo sem cultura é um povo sem identidade. Ressaltou que o setor da cultura foi uns dos setores mais atingidos pela pandemia. Solicitou a secretaria de cultura que dê mais atenção aos artistas de Paraisópolis, a fim valorizá-los. Em seguida, solicitou aos Vereadores que façam um apelo aos Deputados Estaduais, para que os mesmos briguem para que a Administração Fazendária do Município não seja fechada. Explanou que o Governo do Estado possui intenção de reduzir os polos das Administrações Fazendárias. Nesse sentido, caso o polo de Paraisópolis seja fechado, o atendimento será realizado apenas no Município de Varginha. Na sequência, disse que antes de buscarem a reforma completa do prédio do Mercado Municipal, há a necessidade de reformar o telhado. Pois, diante a ocorrência de chuva o local fica alagado. Diante disso, em nome de todos os comerciantes do local, solicitou que o Executivo Municipal tome providências ao menos no telhado. Por fim, agradeceu ao Vereador Marcos José das Neves pela antecipação de sua palavra. Solicitou desculpas aos munícipes informando que irá se ausentar da presente sessão. Usando a palavra Sr. Presidente. Ao colocar a Casa de Leis à disposição de seu antecessor, saudou melhoras ao mesmo. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Marcos José das Neves iniciou comentando que o setor de eventos solicita posicionamento do Executivo Municipal, visto que, o Município está na “onda Verde”. Que outros Municípios já retomaram a realização de eventos. Ao falar sobre as estradas rurais, disse que não está sendo realizado o corte de nível. Que diante a ocorrência de chuvas, as

estradas apresentarão problemas. Comentou que ao questionar a Prefeitura Municipal, foi informado sobre a aquisição de pedras a serem utilizadas na manutenção das estradas rurais. Na sequência, solicitou que sejam realizadas melhorias nas quadras de esporte. Em seguida, solicitou a Prefeitura Municipal a disponibilização de cursos de capacitação profissional. Comentou sobre o requerimento de sua autoria, o qual solicita providências em ponte do Bairro Serra dos Pereiras, nas proximidades do Bar do Sr. Jeferson. Parabenizou o setor de limpeza, o qual realizou manutenção na Área de Lazer Maria Cabral. Estendeu seu agradecimento ao setor de saúde, pelo avanço da vacinação contra o Covid-19. Por fim, disse que as áreas de educação e esporte estão paradas. Que após o retorno das aulas e a prática de esporte, poderão verificar as melhorias realizadas. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Antônio José da Silva iniciou suas palavras agradecendo os requerimentos e as indicações atendidas. Que é necessário informar a população, caso não, a população irá dizer que o Executivo Municipal não está trabalhando. Nesse sentido, falou sobre as tendas que estavam instaladas em frente ao Banco Caixa Econômica Federal, as quais através de indicação foram retiradas. Agradeceu os funcionários da saúde pelo trabalho realizado durante o fim de semana próximo passado. Ressaltou que tudo o que é realizado, é executado mediante cronograma e condições de trabalho. Comentou que, o que é precário em nossa cidade é a saúde, mas, que os problemas estão sendo sanados. Em seguida, agradeceu o pedido realizado pela ex-Vereadora Ana Paula Santos Carvalho, referente a academia ao ar livre que está sendo instalada no Bairro Ribeirão Vermelho. Que após o fim da pandemia, as pessoas irão sair da rede social e passarão a ter contato direto. Na sequência, solicitou a instalação de duas travessias elevadas na Rua 25 de janeiro. Disse ainda, que está sendo criadas faixas de pedestre na referida rua, porém, as faixas não irão resolver os problemas. Em seguida, teceu críticas a Praça Tiradentes. Disse que o local está propenso a

acidente com veículos automotores. Finalizou falando sobre a necessidade do plano de saúde dos funcionários públicos. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Rômulo Lúcio Rosa iniciou suas palavras falando sobre o setor e eventos. Disse que o referido setor em nenhum momento teve respaldo do Estado e do Município. Ao dizer que foi uma das categorias mais atingidas com o Covid-19, comentou que o Município está na “onda verde”. Diante disso, questionou ao Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, se o mesmo está desinformado. Nesse sentido, ao informar que o Decreto nº 3.895/2021 regulamenta a realização de eventos, citou as normas referentes a realização de eventos. Que deverá a Prefeitura Municipal visitar onde serão realizados os eventos, e determinar a capacidade de cinquenta por cento de pessoas que poderão permanecer nos locais. Disse que, após a determinação de limites de capacidade, os eventos poderão retornar novamente. Em seguida, parabenizou o excelente trabalho realizado pelos funcionários que participaram da vacinação da sexta-feira próxima passada. Nesse sentido, comentou que no referido dia fora servido refeição aos mesmos. Disse ainda que a distribuição das refeições deve continuar. Ao dirigir suas palavras ao Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Comentou que o mesmo havia dito que a distribuição das refeições ocasionaria problemas no Tribunal de Contas. Diante disso, questionou se não ocasionará tais problemas. Por fim, teceu críticas quanto a determinação de o pagamento do carnê da taxa de lixo ser realizada apenas nas casas lotéricas ou no Banco Caixa Econômica Federal. Diante disso, sugeriu que os carnês da taxa de lixo e do IPTU (Imposto Territorial Urbano) possam ser pagos através de PIX (pagamento eletrônico instantâneo). Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Fábio Lucas Carlos iniciou suas palavras agradecendo as palavras de apoio, quanto as campanhas de vacinação. Em seguida, diante de problemas ocorridos no Distrito de Costas ocasionados pela chuva, solicitou ao Executivo Municipal que tome as devidas providências quanto a situação da

Rua Lázaro Ferreira, situada no Distrito de Costas. Falou sobre o requerimento de sua autoria, no qual solicita o calçamento da Rua Maria Braga Cabral situada no Distrito de Costas, a qual dá acesso ao Bairro Pinhalzinho. Que a benfeitoria visa sanar os transtornos decorrentes da chuva. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador José Ildeu de Castro iniciou suas palavras comentando sobre o questionamento dos munícipes, os quais realizaram edificação em terrenos doados pela Prefeitura Municipal. Explanou que os lotes cedidos eram áreas institucionais, os quais não poderiam ser doadas. Nesse sentido, falou que os munícipes solicitam a escritura dos referidos lotes. Ao citar críticas quanto a doação dos terrenos, ressaltou que não poderá ser entregue documentação dos mesmos, pois as áreas são institucionais. Diante disso, informou que serão tomadas as devidas providências, sejam elas judiciais. Na sequência, ao falar sobre as indústrias que desejam se instalar no Município, comentou que Paraisópolis não possui mão de obra habilitada digitalmente. Que as administrações passadas erraram em não investir nos cursos profissionalizantes. Disse ainda, que sugeriu as administrações passadas que juntamente com a doação dos terrenos do Distrito Industrial, fossem disponibilizados cursos técnicos aos munícipes. Em seguida, falou sobre o aparelho de raio X instalado na Policlínica Municipal. Nesse sentido, solicitou providências quanto a situação do aparelho, visto que, o mesmo está inoperante. Ao comentar a aproximação do período de chuvas, falou sobre os locais que necessitam de manutenção. Disse que foi questionado por morador do Bairro dos Coxos, o qual relata a falta de qualidade do serviço realizado na estrada do referido Bairro. Na sequência, teceu comentários sobre o acúmulo de lixo atrás da Rodoviária Velha, assim como a falta de iluminação da praça local. Disse que o problema não é obrigação de Vereador cobrar. Que o setor responsável deve se atentar aos problemas que os compete. Que os Vereadores possuem problemas mais importantes para questionar. Em seguida, comentou que ao

passar próximo do Parque Antonio Felix Teixeira, observou que o ribeirão que corre debaixo das pontes está entupido. Diante disso, solicitou que sejam tomadas as medidas cabíveis. Teceu comentários sobre as câmeras de monitoramento dizendo que, os equipamentos ora retirados auxiliavam na segurança do Município. Falou sobre a falta de qualidade da manutenção realizada no calçadão da Rua São José. Que até poderiam ter sanado o problema, mas, que a obra visivelmente ficou péssima. Usando a palavra Vereador Antônio José da Silva. Ao realizar uma ressalva quanto as palavras de seu antecessor, disse que o serviço realizado no calçadão possui um ladrilho solto. Solicitou que o mesmo, assim como os demais Vereadores estejam presente durante a realização das obras, pois assim poderão verificar como os serviços estão sendo executados. Que os munícipes choram quando está critico, mas quando o problema é sanado, os mesmos não observam o que foi realizado, se atentam apenas aos defeitos. Disse ainda, que em defesa dos funcionários que aturam na referida obra, sendo que, juntamente com os demais participou do serviço, falou que o serviço fora realizado com qualidade, que apenas um ladrilho ficou solto. Por fim, disse que foi um mal entendido. Retomou a palavra Vereador José Ildeu de Castro. Ao dizer que concorda parcialmente com seu antecessor, questionou porque os funcionários não se dedicaram mais cinco minutos e solucionaram o problema do ladrilho solto. Que era cimento o material que fora deixado nos ladrilhos. Vereador Antônio José da Silva ao retomar a palavra, disse que não é cimento, e sim um cavalete que estava no local. Disse ainda, que quando interditam as ruas, os próprios munícipes retiram os cavaletes para transitarem. Vereador José Ildeu de Castro, ao retomar a palavra questionou sobre o cavalete citado. Retomou a palavra Vereador Antônio José da Silva, solicitando a seu antecessor que esteja presente na próxima obra. Vereador José Aparecido Siqueira Campos ao fazer uso da palavra, solicitou ordem. Pediu para que a discussão seja realizada durante o final da palavra vaga.

Informou que o momento da palavra é do Vereador José Ildeu de Castro, sendo assim, Vereador Antônio José de Silva deve respeitar. Retomou a palavra Vereador José Ildeu de Castro. Disse que não poderia deixar passar tal discussão, pois o Vereador Antonio José da Silva confirmou sobre o ladrilho solto. Ressaltou que respeita a opinião do mesmo. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente iniciou a segunda parte da sessão. **Ordem do Dia:** Pelo Sr. Presidente foi submetido em 2ª (segunda) e última fase de discussão e votação, o **Projeto de Resolução nº 04/2021, que:** “Dá nova redação aos artigos que dispõe da Resolução nº 290, de 05 de dezembro de 2000, que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Paraisópolis, e dá outras providências”, de autoria dos membros da Comissão Especial de Estudos e Revisão do Regimento Interno da Câmara Municipal: Ver. Alfredo Faria Lopes de Paiva, Ver. Rômulo Lúcio Rosa e Ver. Antonio Felix Teixeira Neto. Usando a palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Parabenizou a todos os Vereadores e ao Sr. Rodrigo Braga pela discussão e empenho na atualização do Regimento Interno. Que a atualização visa a modernização da Casa Legislativa. Fez uso da palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Ao parabenizar os Vereadores, comentou que foi um trabalho longo. Disse ainda, que a última atualização do Regimento fora realizada a vinte anos atrás. Que durante cinco meses se reuniram e discutiram sobre as possíveis atualizações. Vereador Rômulo Lúcio Rosa ao fazer uso da palavra parabenizou os Vereadores. Comentou sobre a sugestão de sua autoria, que mesmo diante de momentos pandêmicos as reuniões continuem a serem realizadas, porém, de forma remota. Fez uso da palavra Sr. Presidente. Informou que a presente votação exige quórum qualificado, sendo assim, que participará da mesma. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em 2ª (segunda) e última fase de votação, o Projeto de Resolução nº 04/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em 2ª (segunda) e última fase de discussão e votação, o **Projeto**

de Resolução nº 05/2021, que: “Institui a carteira de identidade funcional dos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo do Município de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais”, de autoria da Mesa Diretora. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em 2ª (segunda) e última fase de votação, o Projeto de Resolução nº 05/2021, tendo sido aprovado por 07 (sete) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em 2ª (segunda) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 37/2021, que:** “Dispõe sobre a autorização para a realização de repasse financeiro ao Hospital Frei Caetano e Maternidade Santa Tereza, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal. Usando a palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Explanou que o Projeto primeiramente precisa ser aprovado pela casa, para que posteriormente o recurso encaminhado pelo Deputado Dalmo seja liberado ao Hospital Frei Caetano. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em 2ª (segunda) fase de votação, o Projeto de Lei nº 37/2021, tendo sido aprovado por 07 (sete) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 154/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa, solicitando ao Executivo Municipal, as seguintes informações abaixo relacionadas: Qual ação tomada pela Prefeitura Municipal referente aos inadimplentes com a Taxa de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) no ano de 2020? Relação atual dos Contribuintes Inadimplentes no ano de 2020 e os respectivos valores; Qual valor recebido? O que foi definido para os contribuintes que não negociaram suas dívidas e não estão cumprindo com os acordos negociados? Qual percentual de contribuintes que aderiram ao IPTU no ano de 2021, contendo a quantidade e valores recebidos em cota única? Qual valor recebido com o pagamento da 1º parcela para os contribuintes que optaram por parcelar o IPTU durante o ano de 2021? Usando a palavra o autor. Explanou que diante da informação dada pela contadora da Prefeitura Municipal, a qual disse que há previsão que recebam

até noventa e dois por cento do montante dos valores da primeira parcela do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), solicita tais informações para que posteriormente possa verificá-las. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº 154/2021, tendo sido aprovado por 06 (seis) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 155/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa, solicitando ao Executivo Municipal, as seguintes informações abaixo relacionadas: Cópia do novo cronograma de operações prestadas com as máquinas da frota municipal, durante o período de chuva, para o segundo semestre de 2021; Qual é o planejamento de obras e manutenção nas estradas rurais? Cópia do cronograma com protocolos determinados durante a concessão de tratores aos produtores rurais. Usando a palavra o autor. Explanou que as informações visam acompanhar os serviços a serem realizados. Fez uso da palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Ao parabenizar o autor, falou que através das informações poderão informar aos moradores da zona rural antecipadamente. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº 155/2021, tendo sido aprovado por 07 (sete) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 156/2021, de autoria do Vereador Fábio Lucas Carlos. Tendo em vista a não conclusão das obras de calçamento da Rua Maria Braga Cabral do Distrito de Costas (que dá acesso ao Bairro Pinhalzinho), conforme imagens anexas, solicita ao Executivo Municipal, as seguintes informações abaixo relacionadas: Por que as obras do local ora mencionado encontram-se inacabadas? Venceu o contrato com a empresa? Faltou orçamento? Por que não concluíram com o calçamento em um trecho desta rua onde instalaram meios-fios? Tendo em vista o prejuízo causado aos moradores desta localidade, principalmente em períodos chuvosos, com a falta de sistema de escoamento de água, há

planejamento para a conclusão das referidas obras? Caso afirmativo ao item acima, encaminhar cópia do cronograma com suas previsões. Fez uso da palavra o autor. Comentou que o requerimento é oriundo de questionamentos dos moradores da referida rua, os quais relatam que os transtornos perduram por longos anos. Nesse sentido, solicita que a nova administração possa fornecer informações, as quais serão repassadas aos moradores. Usando a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Ressaltou que a pequena chuva do presente dia causou transtornos no local acima citado. Que devido o contato direto com a população, incansavelmente os munícipes realizam cobranças. Nesse sentido, ao falar sobre os locais que apresentam necessidade de melhorias, citou o Distrito de Costas e as proximidades da antiga Vigor. Diante disso, ressaltou que é obrigação do Executivo Municipal em sanar os problemas. Que se atitudes não forem tomadas e algo aconteça, que cobrará o mesmo. Disse ainda, que quem sofre é a população que elegeu o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Por fim, ao se manifestar favorável ao requerimento, colocou-se à disposição do autor, para que juntos possam gravar vídeo relatando a situação do local. Retomou a palavra o autor. Ao agradecer as palavras de seu antecessor, comentou que a pedido dos moradores contactou o Prefeito Municipal no fim da tarde do corrente dia, a fim de solicitar a limpeza da rua acima mencionada. Que fora informado que as medidas serão devidamente providenciadas. Disse ainda, que durante seu mandato irá cobrar as condições das estradas rurais. Fez uso da palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Parabenizando o autor, disse que as informações encaminhadas através dos requerimentos, são informações a serem divulgadas a população. Usando a palavra Vereador José Ildeu de Castro. Ao dizer que a situação é caótica, comentou sobre as obras realizadas nas ruas do município, as quais foram concluídas parcialmente. Disse que, na ocorrência de uma forte chuva iremos sofrer os mesmos transtornos sofridos em janeiro do corrente ano. Em seguida, disse que após a realização

da limpeza das ruas, os resíduos ficam amontoados na beira das calçadas durante dias. Nesse sentido, explanou que após a limpeza é necessário que os resíduos sejam retirados imediatamente. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº 156/2021, tendo sido aprovado por 07 (sete) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 157/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa, solicitando ao Executivo Municipal, as seguintes informações abaixo relacionadas: Se a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) está em atividade; Caso afirmativo, enviar relatório contendo os trabalhos executados e a quantidade de recursos de multas gerados até o presente momento; Caso negativo ao item nº 1, informar o que precisa ser adequado para o funcionamento da JARI e suas previsões. Fez uso da palavra o autor. Ao comentar que se passaram dois meses desde a presença do gestor do referido setor, falou que as informações solicitadas visam obter conhecimento se o setor se encontra em funcionamento. Usando a palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Ao reiterar as palavras de seu antecessor, ressaltou que as vagas de estacionamento para idosos não estão sendo respeitadas. Explanou que, para a utilização das vagas destinadas a idosos é necessário que o veículo possua carteirinha de identificação, as quais são doadas pela Prefeitura Municipal. Nesse sentido, solicitou ao Executivo Municipal que dê publicidade quanto a disponibilização das identificações, assim como fiscalize os motoristas que estão estacionando de forma irregular. Fez uso da palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Falou que já foi mostrado a população de Paraisópolis que a referida função não existe. Ressaltou que existe apenas o subsídio do gestor. Por fim, disse que através do requerimento terão informações referente ao assunto. Usando a palavra Vereador José Ildeu de Castro. Disse que o aparelho de Raio-x e a questão do referido setor estão em situação semelhante. Que há operador e

funcionário contratado, porém, ambos estão inoperantes. Falou ainda, sobre a falta de iniciativas do setor de turismo. Que a questão não é apenas sobre recursos financeiros, mas sim, que os setores estão deixando de fazer coisas úteis para o Município. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº 157/2021, tendo sido aprovado por 07 (sete) votos. Findos trabalhos da Ordem do Dia, declarada vaga a palavra, fazendo uso da mesma: Usando a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos convocou Vereadores para a reunião de comissão interna. Fez uso da palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado. Ao comentar que foram discutidos assuntos importantes durante a presente sessão, falou sobre a aproximação do período de chuva. Nesse sentido, manifestou seu anseio quanto a qualidade das estradas rurais, visto que, o transporte escolar retornará gradativamente. Na sequência, falou que há anos a Prefeitura Municipal realiza a doação de terrenos para que os munícipes construam suas residências. Disse que os lotes não poderiam ser doados, pois tanto os Vereadores como o Prefeito Municipal não possuem autonomia para fazer doação. Nesse sentido, falou que caberá a Câmara Municipal juntamente com o Executivo Municipal e Ministério Público regulamentar a situação dos munícipes que já edificaram suas residências. Solicitou aos munícipes que não iniciaram as obras, que aguardem. Pois, correm o risco de perder o investimento no terreno cedido pela Prefeitura Municipal. Explanou novamente que nem a Câmara Legislativa e nem Executivo Municipal possuem autonomia para realizarem doação de terrenos institucionais. Solicitou aos munícipes que procurem os Vereadores, para que juntos discutam as possíveis medidas a serem tomadas. Falou que a situação dos imóveis irregulares ocorre em cerca de quatrocentas residências. Em seguida, falou da mensagem do diretor do SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto, na qual informa que o carnê da taxa de lixo poderá ser pago em qualquer agência bancária. Na sequência, comentou sobre a retomada da

obra da Estação de Tratamento de Água e Esgoto situada no Bairro Ponte de Ponte de Ferro. Falou ainda, que a empresa responsável pela obra anteriormente citada, deveria ter concluído a tubulação entre a casa da promotora e a antiga vigor. Que devido a obra não ter sido concluída, causará transtornos no período de chuvas. Fez uso da palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Ao tecer comentários sobre o local a ser pago o carnê da taxa de lixo, ressaltou que faltou informações de que o mesmo poderá ser pago em qualquer instituição bancária. Que de acordo com as informações do carnê, passa-se a ideia de que o carnê poderá ser pago apenas nas casas lotéricas e no Banco Caixa Econômica Federal. Em seguida, sugeriu que o recurso indenizatório da Empresa Vale seja utilizado para asfaltar a Travessa Bueno Brandão. Que devido a reincidência de problemas, a benfeitoria irá extingui-los. Ao reiterar as palavras do Vereador Antônio José da Silva, comentou que ao procurar o setor trânsito, a fim de questionar sobre a lombada a ser criada na Avenida 25 de janeiro, foi informado que não poderá ser criadas novas lombadas no Município. Que caso ocorra acidente, devido ao atrito do veículo, poderá agravar a situação da vítima. Diante disso, sugeriu como alternativa, a instalação de radar eletrônico. Solicitou ao Executivo Municipal que informe qual procedimento será tomado diante a ocorrência de incêndio em propriedades rurais após as dezessete horas e finais de semana. Pois, diante o incêndio ocorrido durante o final de semana próximo passado, os munícipes encontraram dificuldades em sanar o problema. Que ao ser contatado por um morador, solicitou auxílio ao setor responsável, o qual se dirigiu ao local solucionando o incidente. Por fim, ao solicitar que os munícipes continuem acompanhando o trabalho da Casa Legislativa, ressaltou a importância da participação dos mesmos. Usando a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Ao reiterar as palavras do Vereador Ademar Guimarães do Prado, comentou que já sugeriu ao Executivo Municipal que utilize os terrenos institucionais e construa casas

populares para as pessoas de baixa renda. Nesse sentido, disse que foi procurado por famílias, as quais relatam que durante a administração do ex-Prefeito Municipal Sr. Sergio Wagner Bizarria, o mesmo cedeu e autenticou a doação de terreno institucional. Explanou que não estão presentes na casa legislativa para dizer se é correto ou não, mas sim, para fazerem o bem para o povo. Diante disso, comentou que essas famílias receberam notificação do Executivo Municipal, a qual determina o prazo de trinta dias para que desocupem os imóveis. Diante disso, questionou se o Executivo Municipal não se preocupou quanto ao prazo dado, assim como, onde as famílias serão amparadas. Disse que concorda quanto ao fato de não podem fazer nada irregular. Falou ainda, que apesar de a administração passada ter cedido a área para construção, não cabe a atual administração retirar os moradores de suas residências. Que são famílias carentes, as quais com muito esforço conseguiram construir suas casas. Ressaltou que o Executivo Municipal não pode simplesmente mandar notificação a uma casa onde reside crianças, dando-lhes o prazo de trinta dias para saírem do imóvel. Disse que, caso a administração passada tenha cometido irregularidades, que seja então denunciado no Ministério Público. Que é preciso uma administração séria, um gestor competente e que de valor ao cidadão Paraisópolisense. Ressaltou novamente que não pode dizer se está certo ou errado. Ao comentar que a família possui documentação da doação de terreno, questionou como um Prefeito Municipal doa, e outro Prefeito Municipal retira. Questionou ainda, porque a notificação foi enviada a apenas duas famílias, sendo que há várias na referida situação. Falou que, se o Executivo Municipal está determinando a desocupação dos imóveis, deverá amparar as famílias até que o problema seja sanado. Na sequência, comentou sobre a situação de munícipes que já iniciaram as obras, ao quais receberam notificação para desapropriarem os terrenos. Ressaltou que o Executivo Municipal deve trabalhar para o povo, em especial aos cidadãos de baixa renda. Diante disso, manifestou anseio de

que o Prefeito Municipal não dê continuidade as notificações. Que ao retirarem as famílias de suas casas, que as aparem. Por fim, disse que encerra com sentimento de tristeza devida as inúmeras coisas erradas que acontecem no Município. Usando a palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado. Ao reiterar as palavras de seu antecessor, disse que a situação das famílias é delicada. Diante disso, comentou sobre o morador do Bairro Eldorado, o qual já gastou cerca de trinta mil reais para a construção de sua residência. Disse ainda, que devido a situação o morador encontra-se depressivo. Que, caso exista alguma documentação cedida pela Prefeitura Municipal, a mesma é um comprovante autorizando a construção das residências. Diante disso, solicitou aos munícipes que possuem área cedida pela Prefeitura Municipal, que não inicie obras antes de consultar a administração pública. Que a atual administração não seguirá os atos das administrações passadas. Falou que, a pessoa que possui documentação deverá procurar auxílio de um advogado e do Ministério Público. Nesse sentido, falou sobre a família que reside a mais de vinte anos em terreno próximo ao quartel da Polícia Militar. Que durante a administração próxima passada o Prefeito Municipal tentou retirá-los de sua residência, porém, o Ministério Público determinou que fosse então concedido aos moradores uma residência. Por fim, ao dizer que os casos são distintos, colocou a Câmara Municipal à disposição dos munícipes. Fez uso da palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Ressaltou que teve conhecimento de tais fatos diante os relatos do Vereador José Aparecido Siqueira Campos e de seu antecessor. Disse que a Prefeitura Municipal deve ter bom senso quanto a situação das famílias. Que seja dado um prazo maior, ou então, que seja legalizado os imóveis. Solicitou ainda, que o Executivo Municipal cuide da situação de maneira humana e com empatia. Em seguida, informou que o carnê da taxa de lixo poderá ser pago em qualquer instituição bancária, assim como no aplicativo dos mesmos. Que dessa forma os munícipes evitarão filas. Na sequência, ao reiterar as palavras do Vereador

José Ildeu de Castro, falou sobre os cursos técnicos. Que apesar de concordar com a deficiência do Município, falou que devido as faculdades ministrarem cursos à distância, uma faculdade física não faz tanta falta. Ressaltou que os cursos técnicos foram esquecidos. Nesse sentido, disse que Paraisópolis está avançando na parte industrial, porém, faltará mão de obra qualificada. Diante disso, ao comentar que a Fundação deve ser valorizada, disse que a Prefeitura Municipal através de convênios, deve ampliar os cursos oferecidos. Por fim, agradeceu o Deputado Bráulio Braz, o qual a partir de emenda destinou ao setor de saúde cento e oitenta mil reais. Solicitou aos munícipes que continuem acompanhando os trabalhos dos Vereadores. Usando a palavra Vereador Antônio José da Silva. Ao comentar que convive diretamente com as famílias, questionou quais ações o CRAS-Centro de Referência e Assistência Social está tomando diante as famílias que terão se sair de suas residências. Disse que, em muitas casas que se desloca para realizar serviços, encontra famílias que não possuem alimentos. Nesse sentido, falou que desde o início do ano solicita que sejamos mais humanos. Por fim, disse que os Vereadores são os únicos recursos, e que não irão dar as costas a população. Retomou a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos ressaltando que a falha é da administração próxima passada. Ao dizer que atual administração está fazendo o correto, questionou se irão deixar as famílias nesta situação. Nesse sentido, indagou sobre as ações do CRAS. Que diante as informações, consultou o jurídico da casa quanto as possíveis ações que o Legislativo poderia desempenhar. Que fora informado que não há possibilidade de os Vereadores interferirem sobre o assunto. Falou que cabe aos Vereadores cobrarem para que o Executivo Municipal ampare as famílias até que a situação seja regularizada. Disse ainda, que cabe aos Vereadores somente realizar denúncia ao Ministério Público quanto ato de improbidade administrativa, a fim de que os corruptos paguem. Falou que encerra o questionamento entristecido, visto que, os munícipes estão sofrendo.

Comentou ainda, sobre movimento a ser realizado via internet, para que outra autoridade possa dar suporte com advogados, visto que, as famílias não possuem condições de custear serviços advocatícios. Por fim, falou que o momento é para regularizar os imóveis, cujas obras foram concluídas. Nesse sentido, solicitou que os munícipes não iniciem novas as obras. Vereador Rômulo Lúcio Rosa ao retomar a palavra, informou que irá elaborar requerimento solicitando informações de como o Executivo Municipal estará regularizando a situação das famílias. Ao comentar que a maioria dos lotes possuem alvará, pedidos de ligação de água e energia elétrica, sugeriu que seja responsabilizado aquele que cedeu as áreas, assim como as respectivas autorizações. Retomou a palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado. Informou os moradores do Bairro São Geraldo, ao quais entraram judicialmente pedindo usucapião, que procurem o setor responsável da Prefeitura Municipal, pois o juiz está homologando os processos. Fazendo uso da palavra Vereador José Ildeu de Castro. Ao manifestar sua opinião, disse que há duas alternativas. Que o Executivo Municipal estenda o prazo para que os munícipes possam desocupar os imóveis, ou que caso a administração não encontre alternativas, que dê aos munícipes prazo para acionarem o Poder Judiciário. Ressaltou que quem doou as áreas sabia que o ato era irregular, e que mesmo assim oficializou o erro. Disse ainda, que o Executivo Municipal deverá entrar contra quem realizou as doações. Retomou a palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado. Ao falar que a discussão é séria, disse que não desejam ver ninguém sendo despejado. Sugeriu ao Sr. Presidente da Casa, que procure o Executivo Municipal e juntos busquem uma solução para o problema enfrentado pelas famílias. Retomou a palavra Sr. Presidente informando que no dia seguinte irá agendar reunião com o Prefeito Municipal. Fez uso da palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Ao reiterar as palavras do Vereador Ademar Guimarães do Prado, dirigiu suas palavras ao Executivo Municipal dizendo

que, apesar de entenderem que está errado, que anseiam que juntamente como o Jurídico possa ser verificada a possibilidade de regularização das famílias que já possuem casas edificadas. Usando a palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Comentou sobre a informação de que os munícipes que possuem imóveis edificados não terão de sair de suas residências. Que já está sendo estudada maneiras de regulamentação. Quanto aos munícipes que estão iniciando as obras, que os mesmos deverão suspende-las. Retomou a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Diante das informações de seu antecessor, parabenizou o Executivo Municipal pela atitude. Nesse sentido, ao manifestar sua satisfação, disse que vai embora com sentimento de dever cumprido. Por fim, disse aos munícipes que possuem terreno doados pela Prefeitura Municipal, que não construam. Que aguardem a regulamentação. Ressaltou que irão brigar para que as famílias consigam os terrenos na legalidade. Ao retomar a palavra, Vereador José Ildeu de Castro disse que tomarão iniciativas. Disse ainda, que medidas deverão ser tomadas quanto aos que já aplicaram recursos financeiros nas obras, a fim de que os munícipes não tenham prejuízos financeiros. Usando a palavra Vereador Antônio José da Silva. Ao comentar sobre as palavras do Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, agradeceu o Executivo Municipal dizendo que o mesmo é uma pessoa humana. Em seguida, falou que as casas populares poderiam ser destinadas as famílias que estão ocupando terrenos institucionais. Na sequência, solicitou ao setor de trânsito que verifique as vagas de veículos da Rua 7 de setembro. Falou sobre a necessidade de reforma do Mercado Municipal, visto que, o local não possui infraestrutura e se encontra sujo. Solicitou ainda, que seja realizada manutenção nas treliças de sustentação do telhado da Rodoviária Nova, assim como manutenção nas telhas, visto que, há ocorrência de goteiras. Usando a palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Explanou que o Executivo Municipal poderia apenas notificar as famílias, mas não as despejar. Sugeriu aos

munícipes que possuem documentos, que se unam e acionem o Poder Judiciário solicitando danos morais. Que ninguém irá para a rua até que a situação seja regularizada. Ressaltou que não há usucapião de bem público.

Retomou a palavra Vereador José Ildeu de Castro. Ao falar que o Executivo Municipal está com dificuldades em construir casas populares e solucionar os problemas com o calçamento das ruas, sugeriu que a administração leiloe áreas institucionais, a fim de adquirir recursos financeiros para a realização de melhorias na cidade. Fez uso da palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Ao reiterar as palavras do Vereador Rômulo Lúcio Rosa, disse que não será necessário processos contra a Prefeitura Municipal, pois a administração está trabalhando para a regularização. Que o problema veio da administração do ex-Prefeito Sergio Wagner Ribeiro, mas, que o atual Executivo Municipal está trabalhando para ajudar a população. Retomou a palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Questionou seu antecessor, se o mesmo não se atentou quanta a sua palavra. Diante disso, falou sobre a falta de informação no carnê da taxa de lixo. Disse ainda, que os munícipes que tiveram as obras embargadas só serão reembolsados caso acionem o Poder Judiciário. Fez uso da palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Disse que, diante as informações relatadas por seu antecessor e o Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, acredita que as famílias não terão de sair de suas residências. Falou que o Executivo Municipal está correto, pois o problema é oriundo da administração passada. Em seguida, falou que de acordo com a informação de seu antecessor, o mesmo está correto quanto aos munícipes solicitarem reembolso judicialmente. Disse ainda, que o Executivo Municipal deve enviar uma pessoa para conversar com as famílias, a fim de os amparar. Retomou a palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Disse que as construções que estão em andamento devem ser suspensas. Mas, que a Prefeitura Municipal irá trabalhar para a regularização das mesmas. Vereador José Ildeu de Castro, solicitou que, caso haja necessidade de

notificar mais alguma família, que enviem pessoa para dialogar. Quanto aos processos, disse que deverá ser punido quem cometeu ato errôneo. Retomou a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Que irá verificar com o Jurídico Casa, a fim de solicitar ao Executivo Municipal informações sobre as medidas que serão tomadas. Que a partir das informações, as mesmas serão repassadas as famílias. Vereador José Ildeu de Castro, retomou a palavra manifestando-se favorável as palavras de seu antecessor. Ao falar que a situação é difícil, comentou que há dezenas de famílias com o respectivo problema. Retomou a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. A partir de mensagem enviada pelo Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva, o qual teve de se ausentar da presente reunião, disse que o mesmo falou que faltou planejamento da Prefeitura Municipal. Disse ainda, que o mesmo manifestou desfavorável a ação do Executivo Municipal. Usando a palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado. Comentou que através de mensagem recebida de um ex-Vereador, foi informado de que o Executivo Municipal juntamente com Câmara Municipal poderá regularizar a situação. Ressaltou que o Poder Legislativo poderá regularizar a situação. Disse ainda, que há munícipes que possuem imóveis a mais de trinta anos, os quais não possuem escritura dos terrenos. Explanou que o terreno da Prefeitura Municipal não é do Sr. Prefeito e nem dos Vereadores, e sim, da população. Fez uso da palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Ao reiterar as palavras de seu antecessor, disse que a regularização é competência exclusiva do Executivo Municipal. Retomou a palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado. Ao ressaltar que é função do Executivo Municipal regularizar a situação, explanou que toda ação da administração pública deve ser aprovada pela Câmara Municipal. Usando a palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Falou sobre a complexibilidade de regularizar os terrenos, visto que, muitos deles são áreas verdes institucionais. Por fim, manifestou sua satisfação quanto o executivo Municipal se propor a regularizar a situação

dos munícipes. Não havendo mais oradores, Sr. Presidente convocou os demais Vereadores, para a próxima Sessão Ordinária, a ser realizada no dia 23 (vinte e três) de agosto, no local e hora de costume. Nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente Sessão. Para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme vai por todos os Vereadores assinada. Eu, _____, secretário que a redigi e assino.

José Ildeu de Castro

Fábio Lucas Carlos

Antônio José da Silva

Ademar Guimarães do Prado

José Aparecido Siqueira Campos

Marcos José das Neves

Alfredo Faria Lopes de Paiva

Rômulo Lúcio Rosa

Antonio Felix Teixeira Neto

